

O que se recupera quando se recupera um acervo

O segundo volume da *Interapia* chega com uma vantagem sobre o primeiro: já se sabe o que se está fazendo. O volume inaugural foi reorganizado no escuro — era preciso descobrir, artigo a artigo, o que existia, de quem era e em que estado estava. Agora há um método, e ele produziu uma descoberta que merece ser dita em voz alta.

Recuperar um acervo não é apenas reencontrar arquivos. É reencontrar pessoas. Cada um dos textos destes volumes foi escrito por alguém que estudou, formulou e submeteu seu trabalho a uma revista — e que, por anos, não teve notícia dele. Havia artigos cadastrados sem o nome de quem os escreveu. Havia textos aceitos cujo arquivo nunca chegou ao leitor. Entre o esforço de quem escreve e o leitor que ele procura, a revista havia deixado de existir como passagem.

Foi isso que o trabalho de recuperação devolveu, e é isso que justifica o esforço. Não a aparência de um acervo organizado, mas o restabelecimento de um vínculo que tinha sido interrompido sem aviso.

O método que se consolidou neste volume é simples de enunciar e exigente de cumprir. Todo artigo é lido na íntegra, no arquivo original. A autoria é confirmada no documento ou no registro editorial — e, quando não existe em nenhum dos dois, o texto não é publicado, porque a revista não atribui autoria por inferência. Cada referência citada é verificada; a que não se confirma é retirada, não é maquiada. Nenhum artigo é alocado a um fascículo anterior ao ano da obra mais recente que ele cita, regra que impede o absurdo de um texto datado citar o futuro. E as datas de tramitação que se perderam permanecem declaradas como ausentes.

Esse último ponto merece uma palavra. Houve a tentação de preencher as lacunas com datas plausíveis — ninguém notaria. Decidimos que notaríamos nós. Uma revista científica não é um objeto de aparência; é um registro ao qual outras pessoas confiarão suas próprias afirmações. Um registro que mente sobre o que não sabe não serve a ninguém, e a descoberta da mentira custa mais do que a lacuna jamais custaria.

Os artigos deste número percorrem um arco amplo: a construção da identidade no desempenho esportivo da

adolescência; a elaboração do luto; a arte como recurso terapêutico; o cinema como via de acesso a uma questão filosófica antiga; a identificação com o líder e o que ela custa ao sujeito em grupos de adesão total. São temas distintos que partilham uma mesma aposta — a de que a escuta clínica tem algo a dizer sobre o que se passa fora do consultório.

Cabe registrar aqui, e não apenas nos bastidores, o que a recuperação deste acervo encontrou. Em artigos revistos até agora, a editoria identificou listas de referências sem correspondência com as obras citadas no texto, entradas bibliográficas cuja existência não se confirma, resumo e abstract descrevendo trabalhos diferentes, material clínico obtido fora de enquadre de atendimento e imputação de conduta criminosa a pessoas vivas sem fonte. Nenhum desses trabalhos foi publicado nessa forma: o que não se confirmou foi retirado, e o que podia ser reancorado em fonte verificável foi reancorado, sem alteração de tese.

Essas ocorrências não são defeito de caráter de quem escreveu. São o resultado previsível de uma revista que recebia trabalhos e não os conferia. A correção, portanto, não é disciplinar os autores: é a revista passar a fazer o que lhe cabe. Por isso a Política Editorial agora fixa, por escrito, que referência não confirmada é retirada e não maquiada; que divergência entre o que o texto cita e o que a lista traz volta ao autor; e que relato de caso clínico exige enquadre declarado, consentimento documentado e habilitação de quem atendeu.

Agradecemos aos autores que esperaram. A espera não foi escolha deles, e a revista reconhece a falha sem procurar atenuá-la. O que se pode oferecer, agora, é um periódico que funciona: com normas escritas, prazos declarados, avaliação registrada e texto completo disponível a quem quiser ler.

Ricardo Silveira

Direção editorial

Solange Farias

Revisão institucional